



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 11.080, DE 2018

(Do Sr. Jorge Solla)

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para impor às emissoras de rádio e televisão a obrigação de converter em entrevistas ou sabatina os debates entre os candidatos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-8057/2014.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para impor às emissoras de rádio e televisão a obrigação de converter em entrevistas os debates entre os candidatos.

Art. 2º O art. 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46

.....
§ 6º Os debates sobre eleições majoritárias serão convertidos em entrevistas ou sabatinas, nas seguintes hipóteses:

I - quando realizados no primeiro turno, se apenas um candidato aceitar o convite formulado e houver a recusa de todos os demais;

II - quando realizados no segundo turno, se um dos candidatos recusar o convite para participar do programa.

§ 7º O tempo de duração da entrevista ou sabatina deverá ser idêntico àquele, inicialmente, previsto para a realização do debate.

§ 8º A entrevista ou sabatina deverá limitar-se a abordar temas de interesse público da sociedade, bem como aqueles relacionados a propostas e programa de governo do candidato.

§ 9º O descumprimento do disposto nos §§ 6º ao 8º deste artigo sujeitam a emissora de rádio e televisão ao pagamento de multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), às penalidades previstas no art. 56, e, em caso de reincidência, à perda de concessão pública.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por escopo a alteração do regime jurídico dos debates eleitorais realizados no primeiro e no segundo turnos das eleições majoritárias, de ordem a impor a obrigação às emissoras de rádio e televisão a conversão daqueles em entrevistas e/ou sabatinas, sempre que se verificar a aceitação por apenas um único candidato.

Há duas vantagens para a adoção do referido modelo. Em *primeiro* lugar, o presente projeto de lei gerará os melhores incentivos em termos de dinâmica

da competição político-eleitoral, na medida em que inibirá que aqueles candidatos que estejam liderando as pesquisas de intenções de voto recusem-se a comparecer aos debates. De fato, o candidato líder das intenções de voto tem o justo receio de ser atacado, o que poderia ensejar perda de seu capital político e de fatia significativa de seu eleitorado.

Em *segundo* lugar, ao criar incentivos para o comparecimento dos concorrentes do pleito, o projeto de lei institui importante ferramenta normativa para a formação da qualidade do voto dos eleitores, uma vez que fomenta a circulação (e consequente conhecimento) das ideias, projetos, programas e plataformas defendidas por todos os participantes do pleito eleitoral. Porque exposto a maior quantidade de informações e às diferentes e antagônicas propostas, o cidadão poderá escolher, de forma mais consciente e qualificada, aquele candidato que melhor atenda a seus interesses.

Assentadas as vantagens institucionais, é preciso registrar, ainda, que o projeto de lei não destoa do regime jurídico vigente dos debates eleitorais. Isso porque, apesar de não possuir assento constitucional, a legislação ordinária estabelece balizas normativas bastante rigorosas para a consecução dos debates, notadamente em decorrência dos fortes impactos na formação da vontade política do eleitorado.

Não por outra razão, a despeito de consubstanciar mera faculdade franqueada às emissoras de rádio e televisão, o art. 46 da Lei das Eleições mitiga, em larga medida, a discricionariedade das emissoras de rádio e televisão quando da escolha dos participantes, ao assegurar, expressamente, a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional, de, no mínimo, cinco parlamentares e facultar a convocação dos demais *players*.

Referido exemplo evidencia que, se um lado, às emissoras é outorgado algum espaço de conformação para a definição de regras em seus debates, por outro lado, há a (legítima) preocupação em não cancelar que essa liberdade se transforme em (pernicioso) arbítrio e influencie negativamente a qualidade do voto por parte dos eleitores.

Neste pormenor, e volvendo ao objeto da proposição, as últimas eleições demonstraram que diversos candidatos esvaziaram os debates eleitorais,

recusando-se a comparecer, em virtude de sua confortável posição de líder das pesquisas de intenções de voto. Com tal expediente, aludidos candidatos, a um só tempo, mantinham-se em sua zona de conforto eleitoral e obstavam que os eleitorais fossem submetidos ao confronto franco e republicano de ideias com seus adversários, sem que fosse imputada qualquer tipo de obrigação alternativa às emissoras de rádio e televisão.

Enquanto concessionárias de serviço público, as emissoras de rádio e televisão possuem, sim, responsabilidade social na promoção e manutenção de um ambiente informacional, em especial durante o período eleitoral, momento em que a circulação de ideias e informações devem atingir ápice.

Uma vez que tais entidades manifestem o interesse em produzir um debate eleitoral para franquear a seu público a exposição às diferentes propostas dos principais candidatos em disputa, o legislador não acumpliciar-se com um arranjo que incentiva que um simples candidato possa tornar inócuo e inviabilizar esse relevante instrumento de propagação de informações, que são os debates.

Tais justificativas impõem, de um lado, a implementação de medidas alternativas aos debates, em caso de recusa de participantes que deem azo à participação de apenas um concorrente, como a conversão em entrevistas ou sabatinas, guardada a pertinência temática com a eleição e desde que sejam de interesse público; e, de outro lado, o recrudesimento das sanções às emissoras que lograrem descumprir esse imperativo legal, mediante a imposição de gravosas multas, a suspensão, por vinte e quatro horas, de sua programação normal e, no limite, a perda da concessão.

Ciosos de que estamos aperfeiçoando as instituições democráticas com a aludida proposição – e considerando a grande importância do tema – esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2018.

Deputado JORGE SOLLA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES GERAIS

DA PROPAGANDA ELEITORAL NO RÁDIO E NA TELEVISÃO

Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional, de, no mínimo, cinco parlamentares, e facultada a dos demais, observado o seguinte: [*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 13.488, de 6/10/2017*](#)

I - nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates poderá ser feita:

- a) em conjunto, estando presentes todos os candidatos a um mesmo cargo eletivo;
- b) em grupos, estando presentes, no mínimo, três candidatos;

II - nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia;

III - os debates deverão ser parte de programação previamente estabelecido e divulgada pela emissora, fazendo-se mediante sorteio a escolha do dia e da ordem de fala de cada candidato, salvo se celebrado acordo em outro sentido entre os partidos e coligações interessados.

§ 1º Será admitida a realização de debate sem a presença de candidato de algum partido, desde que o veículo de comunicação responsável comprove havê-lo convidado com a antecedência mínima de setenta e duas horas da realização do debate.

§ 2º É vedada a presença de um mesmo candidato a eleição proporcional em mais de um debate da mesma emissora.

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56.

§ 4º O debate será realizado segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre os partidos políticos e a pessoa jurídica interessada na realização do evento, dando-se ciência à Justiça Eleitoral. [*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009\)*](#)

§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que

obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos, no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos ou coligações com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015) (Vide ADIN nº 5.488/2016)

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos trinta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

§ 1º A propaganda será feita:

I - na eleição para Presidente da República, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas às sete horas e doze minutos e trinta segundos e das doze horas às doze horas e doze minutos e trinta segundos, no rádio; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

b) das treze horas às treze horas e doze minutos e trinta segundos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta e dois minutos e trinta segundos, na televisão; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

II - nas eleições para Deputado Federal, às terças e quintas-feiras e aos sábados:

a) das sete horas e doze minutos e trinta segundos às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas e doze minutos e trinta segundos às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

b) das treze horas e doze minutos e trinta segundos às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e dois minutos e trinta segundos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

III - nas eleições para Senador, às segundas, quartas e sextas-feiras: (“Caput” do inciso com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

a) das sete horas às sete horas e cinco minutos e das doze horas às doze horas e cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

b) das treze horas às treze horas e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e trinta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

c) das sete horas às sete horas e sete minutos e das doze horas às doze horas e sete minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços; (Alínea acrescida pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

d) das treze horas às treze horas e sete minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e trinta e sete minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços; (Alínea acrescida pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

IV - nas eleições para Deputado Estadual e Deputado Distrital, às segundas, quartas e sextas-feiras:

a) das sete horas e cinco minutos às sete horas e quinze minutos e das doze horas e cinco minutos às doze horas e quinze minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

b) das treze horas e cinco minutos às treze horas e quinze minutos e das vinte horas e trinta e cinco minutos às vinte horas e quarenta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

c) das sete horas e sete minutos às sete horas e dezesseis minutos e das doze horas e sete minutos às doze horas e dezesseis minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços; (Alínea acrescida pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

d) das treze horas e sete minutos às treze horas e dezesseis minutos e das vinte horas e trinta e sete minutos às vinte horas e quarenta e seis minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços; (Alínea acrescida pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

V - na eleição para Governador de Estado e do Distrito Federal, às segundas, quartas e sextas-feiras: (“Caput” do inciso com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

a) das sete horas e quinze minutos às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas e quinze minutos às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

b) das treze horas e quinze minutos às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e cinco minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por um terço; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

c) das sete horas e dezesseis minutos às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas e dezesseis minutos às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços; (Alínea acrescida pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

d) das treze horas e dezesseis minutos às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e quarenta e seis minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por dois terços; (Alínea acrescida pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009 e com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

VI - nas eleições para Prefeito, de segunda a sábado: (“Caput” do inciso com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

a) das sete horas às sete horas e dez minutos e das doze horas às doze horas e dez minutos, no rádio; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

b) das treze horas às treze horas e dez minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e quarenta minutos, na televisão; (Alínea com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

VII - ainda nas eleições para Prefeito, e também nas de Vereador, mediante inserções de trinta e sessenta segundos, no rádio e na televisão, totalizando setenta minutos diários, de segunda-feira a domingo, distribuídas ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte e quatro horas, na proporção de 60% (sessenta por cento) para Prefeito e 40% (quarenta por cento) para Vereador. (Inciso com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

§ 1º-A. Somente serão exibidas as inserções de televisão a que se refere o inciso VII do § 1º nos Municípios em que houver estação geradora de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.875, de 30/10/2013)

I - 90% (noventa por cento) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerados, no caso de coligação para eleições majoritárias, o resultado da soma do número de representantes dos seis maiores partidos que a integrem e, nos casos de coligações para eleições proporcionais, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integrem; (Inciso com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

II - 10% (dez por cento) distribuídos igualmente. (Inciso com redação dada pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

§ 3º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados é a resultante da eleição. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.300, de 10/5/2006)

§ 4º O número de representantes de partido que tenha resultado de fusão ou a que se tenha incorporado outro corresponderá à soma dos representantes que os partidos de origem possuíam na data mencionada no parágrafo anterior.

§ 5º Se o candidato a Presidente ou a Governador deixar de concorrer, em qualquer etapa do pleito, e não havendo a substituição prevista no art. 13 desta Lei, far-se-á nova distribuição do tempo entre os candidatos remanescentes.

§ 6º Aos partidos e coligações que, após a aplicação dos critérios de distribuição referidos no *caput*, obtiverem direito a parcela do horário eleitoral inferior a trinta segundos, será assegurado o direito de acumulá-lo para uso em tempo equivalente.

§ 7º Para efeito do disposto no § 2º, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária em quaisquer hipóteses. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.875, de 30/10/2013 e com redação dada pela Lei nº 13.107, de 24/3/2015)

§ 8º As mídias com as gravações da propaganda eleitoral no rádio e na televisão serão entregues às emissoras, inclusive nos sábados, domingos e feriados, com a antecedência mínima:

I - de 6 (seis) horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso dos programas em rede;

II - de 12 (doze) horas do horário previsto para o início da transmissão, no caso das inserções. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.891, de 11/12/2013)

§ 9º As emissoras de rádio sob responsabilidade do Senado Federal e da Câmara dos Deputados instaladas em localidades fora do Distrito Federal são dispensadas da veiculação da propaganda eleitoral gratuita dos pleitos referidos nos incisos II a VI do § 1º. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.165, de 29/9/2015)

.....

Art. 56. A requerimento de partido, coligação ou candidato, a Justiça Eleitoral poderá determinar a suspensão, por vinte e quatro horas, da programação normal de emissora que deixar de cumprir as disposições desta Lei sobre propaganda.

§ 1º No período de suspensão a que se refere este artigo, a Justiça Eleitoral veiculará mensagem de orientação ao eleitor, intercalada, a cada 15 (quinze) minutos. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 12.891, de 11/12/2013)

§ 2º Em cada reiteração de conduta, o período de suspensão será duplicado.

Art. 57. As disposições desta Lei aplicam-se às emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais.

Propaganda na Internet

(Denominação acrescida pela Lei nº 13.488, de 6/10/2017)

.....

FIM DO DOCUMENTO
